

NOTA PRÉVIA

Reunimos nesta publicação, republicando-os sob o título *Estudos de Direito do Património Cultural*, três estudos que publicámos, em momentos e com propósitos bem diferentes, no domínio do direito do património cultural, a que, embora esporadicamente, também nos fomos dedicando.

Trata-se dos estudos «Reflexões sobre os princípios gerais do direito do património cultural», «Regime dos bens culturais móveis» e «Os bens culturais arqueológicos», – de que republicamos a última versão, quando os mesmos foram objecto de mais de uma.

As razões desta pequena recolha de estudos são, como não poderia deixar de ser, as mesmas que têm estado na base da recolha de estudos que vimos fazendo nos diversos domínios pelos quais fomos exercendo a docência e investigação universitárias ao longo de quarenta e cinco anos. Nem mais nem menos do que as razões que se prendem com as vantagens da disponibilização num único livrinho dos três textos dispersos por publicações que nem sempre serão fáceis de encontrar e de consultar. Permite, assim, aos interessados pelos assuntos do direito do património cultural, uma via mais simples e mais rápida de acesso aos temas versados nos estudos.

Coimbra, Fevereiro de 2022

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA	5
REFLEXÕES SOBRE OS PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO DO PATRIMÓNIO CULTURAL*	7
1. <i>Observação preliminar</i>	7
2. <i>A relativa diversidade do direito do património cultural</i>	10
3. <i>O quadro dos princípios a considerar</i>	12
3.1. O nível constitucional	13
3.1.1. O património cultural na constituição da pessoa	14
3.1.2. O património cultural na constituição da sociedade	17
3.1.3. O património cultural na constituição do Estado	19
3.1.4. O património cultural como garantia da constituição	23
3.2. Uma extensa e densificada rede de princípios relativos ao património cultural	24
4. <i>Uma ideia sobre cada um dos princípios gerais de direito do património cultural</i>	26
5. <i>Algumas conclusões gerais</i>	44
REGIME DOS BENS CULTURAIS MÓVEIS*	53
I. Ideia sobre o universo dos bens culturais	54
1. Três observações preliminares	56
2. Os bens móveis no universo dos bens culturais	59
2.1. Os bens culturais na Constituição	60
2.2. Os princípios gerais relativos aos bens culturais	70
II. Os bens culturais móveis	87
3. Alusão ao seu regime jurídico	87

4. Bens culturais móveis e os correspondentes direitos	92
4.1. A qualidade cultural como limites aos direitos	93
4.2. A qualidade cultural como valorização dos direitos	96
OS BENS CULTURAIS ARQUEOLÓGICOS*	99
I. Os bens culturais arqueológicos	100
II. Evolução da legislação dos bens culturais arqueológicos	104
1. O património arqueológico na legislação geral	104
2. O património arqueológico na legislação complementar e especial	109
3. Em jeito de conclusão sobre a legislação do património arqueológico	112
III. O regime jurídico dos bens culturais arqueológicos	114
1. A especial configuração de alguns princípios em sede dos bens arqueológicos	115
2. As reservas arqueológicas e outras providências de natureza preventiva	120
3. Os parques arqueológicos e os correspondentes planos de ordenamento	122
4. A fiscalização e controlo do património arqueológico	124
5. Achados fortuitos e recompensas	125
IV. Os trabalhos arqueológicos	128
1. O conceito e as categorias de trabalhos arqueológicos	129
2. O procedimento autorizativo e os projectos de investigação plurianual	132
3. Os relatórios dos trabalhos e a publicação dos resultados	133
4. O destino dos espólios arqueológicos	135